

## **INFORMANDO**

**Por Lucas Rocha**

### **A Queda da Vez (MALU FONTES)**

**NEM BEM O HUMOR** da presidente da República tivera tempo para restabelecer-se da queda de Antônio Palocci de seu ministério no primeiro semestre de governo, eis que outra comédia de erros tem lugar no Planalto, e com cores ainda mais fortes e poluídas. Com uma cabeleira literalmente mais negra que a asa da graúna, emerge na tela nossa de cada dia a figura soturna do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, um tipo de aparência semelhante à dos vilões de meia idade das novelas mexicanas no SBT. Perto do lamaçal em que Nascimento e seus comparsas de partido submergiram em menos de uma semana, as águas turvas de Palocci parecem agora equivaler a um lago de cisnes.

Se o país se assustou com a geometria do aumento patrimonial de Palocci, de 20 vezes em quatro anos, o que dizer da matemática miraculosa que se operou sobre o patrimônio de Gustavo de Moraes Pereira, que aumentou 86.500% em dois anos, conforme repetiam em coro todos os jornais e telejornais da semana? Comparado ao de Gustavo, o ritmo da multiplicação do patrimônio de Palocci parece um punhado de moedas guardáveis em um cofrinho de barro em forma de porco.

Apenas dois anos após a criação, com um capital de apenas R\$ 60 mil, a empresa Forma Construções, do rebento do ministro, acumulou um patrimônio de R\$ 50 milhões.

**CANASTRÃO** - Em um país em que as estradas ou são como queijo suíço, a ameaçar a vida dos motoristas, ou estão sendo pedagiadas a intervalos geográficos cada vez mais curtos, o fato de uma farra de corrupção e cobrança de taxa de sucesso a empreiteiras operar dentro do Ministério dos Transportes torna o escândalo político da vez ainda mais abjeto. Como se fosse pouco ler toda a sorte de desmandos atribuídos ao senador-ministro agora caído da segunda função, na quarta-feira aparece uma cereja no bolo: um vídeo obtido pela revista Istoé, compartilhado com todas as emissoras de TV e postado no site da revista, mostra a conversa mole de Nascimento negociando obras com um deputado do Maranhão, antes deste oficializar sua mudança de partido, do PDT para o PR, o partido do ministro, um das bases de apoio do governo no Congresso.

O tom mafioso da conversa é claro: é só mudar de partido que haverá mais dinheiro, travestido de orçamento de obras milionárias de interesse público mas que dificilmente saem do papel. E, quando saem, custa 10 vezes mais e cumprem 10 vezes menos das promessas constantes no orçamento inicial. Para tornar a cena ainda mais politicamente pornográfica, quem intermediava a negociação da compra de novos parlamentares para o PR, na cena do vídeo e na rotina do Ministério dos Transportes, era o impagável Valdemar Costa Neto, outro canastrão de vida e fôlego longos na história recente da corrupção brasileira, um dos réus do mensalão e cujo enriquecimento com dinheiro público já obteve a proeza até de ir parar nas colunas sociais, quando sua ex-mulher, uma socialite paulista, Maria Cristina Mendes Caldeira, num desses acessos de ex, contou o que sabia e mais um pouco. Neto acabou renunciando ao mandato para não perder os direitos políticos e, claro, na próxima eleição conquistou o mandato de volta, graças à benevolência dessa categoria sempre tão compreensiva da sociedade brasileira, o eleitorado.

**MAFALDA E O PIG** - O fato é que a queda do segundo ministro em menos de um mês não soa nem um pouco agradável para Dilma Rouseff, sobretudo porque é bom não esquecer que ambos caíram de podre não por iniciativa, mão firme ou vigilância bem sucedida do próprio governo, mas porque a imprensa denunciou. A multiplicação dos dinheiros de Palocci veio à tona em manchete da Folha de S. Paulo em maio e os episódios de corrupção explícita foram tornados públicos pela revista Veja da semana passada. Como diz a precoce Mafalda em uma das tirinhas geniais de Quino, deve ser "horível bater em alguém que tem razão". Ou seja, a parte do governo e da própria imprensa que reivindica para si a alcunha de blogueiros progressistas podem até repetir a cantilena de que a Veja e a Folha fazem parte do Partido da Imprensa Golpista, o tal PIG, mas não há como negar que a ribanceira em que Palocci e Nascimento colocaram o Governo Dilma não foi invenção de porquinhos nas redações dos dois veículos para desestabilizar o governo.

**MALU FONTES** é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 10 de julho de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. [maluzes@gmail.com](mailto:maluzes@gmail.com)

### **A Morte Inventada (MALU FONTES)**

**NESSA CENÁRIO E NESSA ESCALA** jamais experimentados de multiplicação de produtores de informação, somente os ingênuos correm o risco de acreditar que, em boa parte do que se publica haja qualquer coisa parecida com comprometimento, ética, apuração e checagem, seja sobre fatos, pessoas ou coisas. Se até bem pouco tempo tinha-se um aspecto que pode ser considerado negativo, em que poucos

polos produtores de informação diziam poucas coisas para muita gente, hoje a lógica invertida não gera apenas louros a serem comemorados.

Ao mesmo tempo em que é verdade que os velhos polos de emissão e recepção da informação se desmancharam e que isso não é ruim, é também fato que, hoje, todo e qualquer um diz o que quer e como quer. Qualquer um reivindica para si o status de produtor de conteúdo e informação e, se, do outro lado se tem uma recepção e um leitorado pouco crítico e advertido diante do que vê e lê, tudo, ou quase tudo, corre o risco de virar um circo de invencionices e espetáculos perecíveis, quase um lixo informativo.

A velocidade com que a convergência dos meios informativos parece querer convencer seu telespectador, leitor, receptor a crer que fatos importantes não param de acontecer nos quatro cantos do mundo e que o sistema de mídias está ali justamente para contar e mostrar tudo o que é importante e que todos devem saber, não passa de um saco de vento. Não há informação suficiente, de qualidade e relevância, para abastecer tantos suportes informativos na velocidade do tipo ininterrupta e em tempo real que os suportes de informação falsamente prometem.

**ANTAS QUE PINTAM** - Assim sendo, como todos os espaços devem ser preenchidos, preferencialmente com coisas facinhas para prender o telespectador mediano e não perdê-lo para a leitura rápida dos portais (inventou-se também que texto na internet tem que ser muuuuito curto, embora não se saiba com quem isso foi combinado), a televisão, para ficar só no exemplo dela aqui (embora os jornais impressos estejam indo cada vez mais atrás da mesma fórmula, a da forma que mais desinforma que informa), tira da sua cartola oca coisas do outro mundo: um polvo premonitório especializado em placar de futebol, uma gambá vesga, bundas com vida própria, mulheres horti-fruti, gente que chora sangue, e até, acredite-se, antas que pintam quadros e expõem em museus e galerias (antas aqui equivale a animais que pintam e não a artistas plásticos antas, que fique claro), conforme anunciaram Sandra Anenberg e Evaristo Costa no meigo Jornal Hoje.

Mas como tudo sempre pode piorar e piora, a cereja do bolo podre da televisão brasileira foi ao ar na última semana, quando um desses tipos que se multiplicam como erva daninha no subsolo do mundo das celebridades de quinta teve sua morte anunciada com pesar pela própria emissora para a qual trabalha e, pasme-se, um dia antes da estreia de um quadro do tal fulano no programa que teve a (in)felicidade de dar o furo da morte de tão grande talento do jornalismo de entretenimento brasileiro. Sim, esse segmento existe e é fortíssimo. Na esfera regional, aqueles que se arriscam nessa especialidade não têm muito futuro, pela estreiteza do cenário, e têm como risco ficar para sempre condenados a noticiar em sites pouco acessados as estripulias nada interessantes dos chamados 'famosos do bairro', aqueles subfamosos que frequentam colunas sociais impressas e eletrônicas, se acham, mas ninguém além de suas rodinhas sabe quem é.

**SEBORREIA** - Na terça-feira, a caricatura que atende pelo nome de Amin Khader, um tipo exemplar do 'famoso quem', famoso por ser amigo de Romário, das mulheres frutas e de meia dúzia de celebridades que batem ponto nos programas de auditório e no elenco de apoio das novelas, foi anunciada como morta pela Rede Record. O curioso da notícia, falsa, e, diz-se, inventada pelo próprio não-morto e pela emissora para promover um quadro de fofocas do dito cujo, foi o fato de boa parte do consumidor de informação de TV, e sobretudo das redes sociais, só ter tomado conhecimento da existência do sujeito justamente quando o próprio resolveu inventar que morrerá.

Na idade média é assim: a subcelebridade precisa tão desesperadamente de álibi para aparecer que, sem nenhum talento ou trabalho para mostrar, tem que adotar as estratégias mais insanas. Inventar e anunciar a própria morte elevou Khader ao estrelato por um dia em todos os programas de TV especializados em transmitir direto da seborreia do mundo, nas redes sociais, no ranking mundial do twitter e multiplicou os resultados de busca com seu nome no Google de 20 mil para mais de 200 mil. E a coisa dá tão estranhamente certo que até quem desconhecia o tão ilustre personagem e sua história bizarra até a leitura deste texto acaba de ser apresentado ao tal.

**MALU FONTES** é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 03 de julho de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. [maluzes@gmail.com](mailto:maluzes@gmail.com)

## **Cérebro de pipoca (GILBERTO DIMENSTEIN)**

O **GOOGLE** anunciou na semana passada um projeto para enfrentar o Facebook, disposto a reinventar a mídia social. A notícia teve óbvio impacto mundial e despertou a curiosidade sobre mais uma rodada de inovações tecnológicas, capazes de nos fazer ainda mais conectados.

No dia seguinte, porém, o Facebook reagiu e anunciou para esta semana uma novidade também de grande impacto, possivelmente em celulares. Para alguns psicólogos americanos, esse tipo de disputa produz um efeito colateral: um distúrbio já batizado de "cérebro de pipoca". Esse distúrbio é provocado pelo movimento caótico e constante de informações, exigindo que se executem simultaneamente várias tarefas. Por causa de alterações químicas cerebrais, a vítima passa a ter dificuldade de se concentrar em apenas um assunto e de lidar com coisas simples do cotidiano, como ler um livro, conversar com alguém sem

interrupção ou dirigir sem falar ao celular. É como se as pessoas tivessem dentro da cabeça a agitação do milho explodindo no óleo quente.

A falta de foco gera entre os portadores do tal "cérebro de pipoca" um novo tipo de analfabetismo: o analfabetismo emocional, ou seja, a dificuldade de ler as emoções no rosto, na postura ou na voz dos indivíduos, o que torna complicado o relacionamento interpessoal. Sou um tanto desconfiado de notícias alarmantes provocadas pelo surgimento de novas tecnologias. Toda ruptura desencadeia uma onda de nostalgia e de temores em relação ao futuro.

Mas algumas pesquisas em torno do "cérebro de pipoca" merecem atenção por afetar o processo de aprendizagem. Uma delas foi realizada em Stanford, a universidade que, por ajudar a criar o Vale do Silício, na Califórnia, impulsionou a tecnologia da informação. Neste ano, Clifford Nass, professor de psicologia social na Universidade Stanford, revelou num seminário sobre tecnologia da informação a pesquisa que fez com jovens que passam muitas horas por dia na internet, acostumados a tocar muitas tarefas ao mesmo tempo.

Ele mostrou fotos com diversas expressões e pediu que os jovens identificassem as emoções. Constatou a dificuldade dos entrevistados. "Relacionamento é algo que se aprende lendo as emoções dos outros", afirma Nass. O problema, segundo ele, está tanto na falta de contato cara a cara com as pessoas como na dificuldade de manter o foco e verificar o que é relevante, percebendo sutilezas, o que exige atenção. Os pesquisadores estão detectando há tempos uma série de distorções, como a compulsão para se manter conectado, semelhante a um vício. Trata-se de uma inquietude permanente, provocada pela sensação de que o outro, naquele momento, está fazendo algo mais interessante do que aquilo que se está fazendo. Tome o Facebook ou qualquer outra rede social.

Chegaram a desenvolver um programa que envia para o celular da pessoa um aviso sempre que um amigo dela está se aproximando de onde ela está. O estímulo, porém, começa no mercado de trabalho. Vemos nos anúncios de emprego uma demanda por pessoas que façam muitas coisas ao mesmo tempo. Mas o que Nass, o professor de Stanford, entre outros pesquisadores, defende é o contrário. Quem faz muitas tarefas ao mesmo tempo, condicionando seu cérebro, fica menos funcional. Não sabe perceber as emoções e trabalhar em equipe, não sabe focar o que é relevante e tem dificuldade de estabelecer um projeto que exige um mínimo de linearidade. Não sabe, em suma, diferenciar o valor das informações.

Não deixa de ser um pouco absurdo valorizar tanto os recursos tecnológicos que aproximam as pessoas virtualmente, mas que as afastam na vida real.

Daí se entende, em parte, segundo os pesquisadores, por que, em todo o mundo, está explodindo o consumo de remédios de tarja preta para tratar males como a ansiedade e a hiperatividade.

**PS-** Perto da minha casa, aqui em Cambridge, há uma padaria artesanal, com mesas comunitárias, que decidiu ir contra a corrente. Seus proprietários simplesmente proibiram que se usasse celular lá dentro para diminuir a poluição sonora e a agitação. Sucesso total. O efeito colateral: ficou difícil conseguir lugar.

**Folha de São Paulo, julho de 2011.**

## **Hackers e outros no espaço democrático (TARSO GENRO)**

**AO ATAQUES HACKERS**, que se sucedem contra instituições de Estados, e os movimentos sociais em redes virtuais em defesa de direitos que se expressam em vários lugares do mundo, seja contra políticas de "ajuste" de governos, seja contra regimes fechados de caráter nacionalista-fundamentalista, problematizam a vida democrática baseada exclusivamente na centralidade dos partidos políticos.

Os movimentos - também convocados em rede - para protestos fragmentários, centrados em temas muito localizados e particulares, representam, hoje, na cena política internacional, expressões completamente novas da luta política, para orientar o Estado, para "tomá-lo" ou para reformá-lo. Na velha luta de classes da sociedade industrial, que originou direitos social-democratas, espalhados pelo mundo como legislações de defesa dos direitos e de sustentação dos direitos civis num plano elevado (que passaram a adentrar a fábrica moderna), partidos e sindicatos tinham enorme proeminência.

O "desgaste" da esfera política como espaço de conflito e negociação vem centralmente desta contradição: a sociedade civil, com seus meios diretos de articulação, sem a mediação dos partidos, está em conflito com a "sociedade política" realmente existente. E o Parlamento, em regra, não tem vínculos com a opinião e com as necessidades dos novos grupos e movimentos sociais que montam as redes virtuais, que não se identificam com o jogo político da representação democrática tradicional.

O "novo" representa, antes de tudo, o surgimento do instrumental tecnológico que permite que elas se expressem - independentemente do mérito das suas propostas - de uma maneira maciça, seja pelo conflito público democrático, como no 15M, na Espanha, seja por formas autoritárias de guerrilha virtual hacker - diretamente contra o Estado-, sem medir os prejuízos que causam a toda a sociedade, especialmente àquela parte mais pobre, que precisa de políticas públicas para sobreviver com um mínimo de dignidade.

A representação da previsão de Marx, de um proletariado insurgente contra o capitalismo industrial, apresenta-se, hoje, como uma revolução democrática global, que tem como centro comum a revolta contra o Estado, capturado pela dívida pública, escravo das agências de risco e dos bancos centrais como aparatos burocráticos, sujeito às consultorias "neutras", orientadas e apropriadas pelo capital financeiro especulativo.

Isso gera a revolta contra a maioria dos partidos, que não se reformaram internamente para acolher essa energia da sociedade civil, que expressa um desejo de participação nos negócios públicos e nas decisões políticas que a democracia tradicional não tem, ainda, aparatos para absorver. O corporativismo economicista, que não leva em consideração esses fatos - condição que domina uma grande parte do sindicalismo -, falará para uma base cada vez menos interessada, seja por meio de um discurso revolucionário "sem sujeito", seja com discurso conservador de defesa de privilégios como "direitos adquiridos".

Os partidos de esquerda que mantiverem a velha tradição de luta interna pelo controle dos aparelhos de poder, sem projeto ousado e inovador, ficarão cada vez mais distantes das bases sociais já em movimento, que lutam para promover a democratização da democracia. E ficarão como os socialistas gregos, espanhóis, italianos e portugueses, vendo o "bonde passar": sem fazer as suas reformas, para serem reformados pelo mercado, que capturou o Estado.

---

**TARSO GENRO** é governador do Rio Grande do Sul pelo PT. Foi ministro da Justiça (2007-2010), ministro da Educação (2004-2005) e prefeito de Porto Alegre pelo PT (1993-1996 e 2001-2002). **Folha de São Paulo, julho de 2011.**

## **E a diamba, hein, quem diria! (FERREIRA GULLAR)**

**SENTI UM** arrepio quando soube que o Supremo Tribunal Federal aprovou a Marcha da Maconha. O Supremo! É que, nesta cabeça maranhense, maconha se liga a meus antigos companheiros da praia do Caju, e não aos garotões de Ipanema. Senti-me, de certo modo, homenageado, não por mim - que não me dei bem com a com a diamba (nome dela no Maranhão) ao experimentá-la-, mas por Maninho e Pereba, fumantes inveterados.

Num primeiro momento, pareceu-me que o Supremo aprovara o uso da maconha, mas, lendo com atenção, vi que os ministros só aprovaram a marcha em favor dela, não fumá-la, já que isso é crime. Ah, bom, disse a mim mesmo, pois estava achando estranho um tribunal supremo sair em defesa de uma droga que deixa o cara doidão. Já eu, ligado no vício da indagação, não pude deixar de me perguntar: mas a marcha não é para fazer valer o direito de o cidadão puxar o seu fumo dentro da lei? Quer dizer que o Supremo é a favor da marcha, mas contra seu objetivo. O relator da matéria, ao propor a aprovação da tal manifestação, esclareceu que não permitia aos manifestantes fazerem a apologia da maconha. E aí fiquei sem entender direito, porque, se a marcha visa a legalizar o seu uso, realizá-la é proclamar a público que a maconha é uma coisa boa, inofensiva e, mais que isso, um barato.

Veja bem, não estou contra nem a favor, estou apenas procurando entender a lógica do Supremo. E por isso me pergunto: iria alguém para a rua para defender algo que considerasse pernicioso? Claro que não. Logo a marcha é, implicitamente, uma apologia da maconha, ou não haveria por que fazê-la. Houve mesmo um ministro que, empolgado, defendeu o direito de todo cidadão manifestar-se a favor das drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, o que torna possível, democraticamente, a realização amanhã de marchas da cocaína e do crack.

Espero que o leitor não conclua daí que sou contra essas marchas. Como o Supremo, me oponho apenas à apologia. A única marcha a que me opus, faz muitos anos, foi aquela de 1964, a da família com Deus pela liberdade. E me dei mal. Voltando à praia do Caju e ao beco do Precipício dos anos 1940, quando maconha era coisa de marginal, lamento que Maninho e Pereba não tenham vivido o suficiente para assistirem à prestigiosa ascensão da erva, hoje objeto da atenção de ministros e ex-presidentes da República e até de um Prêmio Nobel de Literatura. Se aqui ainda estivessem, certamente se sentiriam antecipadores de uma revolução dos costumes. Mas, como passaram da maconha à cocaína, um terminou louco num hospício, e o outro foi morto pelo tráfico.

Quanto a mim, que sobrevivi, não mereço as honras devidas aos precursores e mártires, pois, já naquela época, "careta" por vocação, tentei convencê-los de que o chope do Motobar também dava barato e era menos perigoso. É verdade que não fiquei no chope, pois logo descobriria o barato da poesia, a que me entrego até hoje. Troquei São Luís pelo Rio, o Motobar pelo Vermelhinho e pude, muitos anos depois, assistir à internacionalização da maconha, arrastando consigo já não os Maninhos e os Perebas, mas jovens da classe média do mundo inteiro.

De novo, os vi passarem da maconha à cocaína e endoidarem. Está certo ou errado? Foi escolha deles e cada um, como se sabe, tem o direito de dar à vida o rumo que quiser, no que, tenho certeza, os ministros do Supremo concordarão comigo. Só espero que os traficantes não se valham disso para cobrir a cidade com grandes outdoors, afirmando que "cheirar é um direito de todo cidadão". Ou seja, se você acha que cheirar

faz mal, não cheira, mas não queira impedir o outro de fazê-lo. Cada um é dono de seu nariz.

Como tenho a mania de meter o nariz onde não devo, ponho em questão também essa tese. Sem dúvida, cada um faz o que quer com seu nariz, desde que, com isso, não crie problemas para o nariz alheio. Pois a verdade é que, se o garoto adere às drogas e não tem grana para comprá-las, mete a mão na bolsa da mãe. Drogado, pode sair doidão com o carro do pai e atropelar alguém. Por essas e outras é que não participo da Marcha da Maconha, mas, se promoverem marchas pela melhora do atendimento psiquiátrico, contem comigo.

**Folha de São Paulo, julho de 2011.**

## **ENTREVISTA DA 2ª CARLOS AYRES BRITTO**

### **Preconceito de homofóbico o faz chafurdar no ódio**

**PELA 1ª VEZ, MINISTRO CONHECIDO POR CITAÇÕES POÉTICAS E VOTOS PROGRESSISTAS NO STF DEFENDE PUBLICAMENTE A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA**

**FELIPE SELIGMAN e JOHANNA NUBLAT DE BRASÍLIA**

Conhecido por citações poéticas e votos progressistas, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto, 68, defende, pela primeira vez publicamente, a criminalização da homofobia, ao entender que quem a pratica "chafurda no lamaçal do ódio".

Protestos de congressistas da bancada evangélica acabaram paralisando a tramitação do projeto de lei anti-homofobia, que está estacionado há dois meses no Senado. Para o ministro, não são necessárias novas leis para garantir aos casais gays os mesmos direitos dos heterossexuais já que a Constituição é "autoaplicável". Em entrevista concedida à **Folha** na beira do lago Paranoá, em Brasília, Ayres Britto disse que vê o debate sobre as drogas como uma questão de "saúde pública". Afirmou ainda que "se nós, os homens, engravidássemos, a autorização para a interrupção da gravidez de feto anencéfalo estaria normatizada desde sempre".

**FOLHA - O STF tem sido acusado de usurpar a competência do Legislativo. O sr. concorda com essa afirmação?**

**CARLOS AYRES BRITTO** - Não concordo. Veementemente respondo que o Supremo não tem usurpado função legislativa, principalmente do Congresso. O que o STF tem feito é interpretar a Constituição à luz da sua densa principiologia. O parágrafo 2º do artigo 5º autoriza o Judiciário a resolver controvérsias a partir de direitos e garantias implícitos.

**E por que essa crítica ao STF?**

As pessoas não percebem que os princípios também são normas e com potencialidade de, por si mesmos, resolver casos concretos quando os princípios constitucionais têm os seus elementos conceituais lançados pela própria Constituição. O Judiciário está autorizado a dispensar a mediação do Legislativo, porque, na matéria, a Constituição se faz autoaplicável.

**No caso das uniões estáveis homoafetivas isso aconteceu?**

Aconteceu, fizemos o saque de princípios constitucionais, tanto expressos quanto implícitos. Como fizemos quando proibimos o nepotismo no Judiciário e nos demais poderes. Porque o nepotismo é contrário a princípios constitucionais, até explícitos, como o princípio da moralidade. E cumrimos bem com o nosso dever: tiramos a Constituição do papel. Também no caso da homoafetividade, interpretamos os artigos da Constituição na matéria à luz de princípios como igualdade, liberdade, combate ao preconceito e pluralismo.

**Qualquer nova lei virá confirmar o que foi decidido, mas nunca para criar regra diferente do que foi debatido?**

Exatamente. A isonomia entre uniões estáveis heteroafetivas e homoafetivas é para todos os fins e efeitos. Em linha de princípio, é isso. Assim foi pedido pela Procuradoria-Geral da República quando propôs a ação. Não pode haver legislação infraconstitucional, parece evidente, que amesquinhe ou nulifique essa isonomia.

**O que exatamente o STF decidiu sobre homoafetividade?**

Pela possibilidade da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Possibilidade jurídica, lógico. Em igualdade de condições com as uniões estáveis dos casais heterossexuais. União estável com a força de constituir uma entidade familiar.

**Qual a diferença entre a decisão que negou a união estável em Goiânia e a que permitiu o casamento civil em Jacaré?**

Como desfrutam de independência técnica, além da política, os magistrados são livres para equacionar juridicamente as controvérsias, desde que fundamentem tecnicamente suas decisões. Natural, portanto, que dois juízes projetem sobre a mesma causa um olhar interpretativo descoincidente, cabendo às partes insatisfeitas os

devidos recursos ou, quem sabe, reclamações para o próprio Supremo.

### **Sem entrar no mérito de decisões específicas, qualquer decisão que diferencie a relação entre o homossexual e o heterossexual vai contra o STF?**

Sim. A decisão foi claramente no sentido da igualdade de situações entre os parceiros do mesmo sexo e casais de sexos diferentes.

### **O Congresso precisa fazer alguma lei complementar?**

Entendo que a Constituição é autoaplicável na matéria. Entretanto, há aspectos de minúcias que ficam à disposição da lei comum.

### **A questão deve voltar ao STF?**

A Constituição atual, caracterizando-se como redentora dos direitos e garantias, e não como redutora, estimulou muito a judicialização das controvérsias, inclusive as de natureza política. Daí a expectativa de que a matéria tem potencialidade para retornar ao tribunal.

### **O sr. é a favor de criminalizar a homofobia?**

Tenho [para mim] que sim. O homofóbico exacerba tanto o seu preconceito que o faz chafurdar no lamaçal do ódio. E o fato é que os crimes de ódio estão a meio palmo dos crimes de sangue.

### **Recentemente o STF decidiu sobre o direito de organização para a defesa da legalização da maconha. Será assim para todas as marchas?**

A decisão se circunscreveu à chamada Marcha da Maconha, mas os respectivos fundamentos se prestam para a discussão a céu aberto de toda e qualquer política de criminalização das demais substâncias entorpecentes.

### **O sr. tem opinião sobre o tema?**

Minha inclinação pessoal é para ver o tema como uma focada questão de saúde pública. Me inquieta o fato de que temos tantas leis de endurecimento da resposta punitiva do Estado e, no entanto, a produção, o tráfico e o uso de tais substâncias não param de crescer.

### **Outro tema polêmico é o do aborto em caso de feto anencéfalo. O sr. já expôs opinião favorável à prática, certo?**

No voto que proferi na discussão sobre o cabimento da ADPF [ação que trata do tema] manifestei opinião de que se nós, homens, engravidássemos, a autorização para a interrupção da gravidez de feto anencéfalo estaria normatizada desde sempre.

Folha de São Paulo, julho de 2011.

## **O sol sobre o pântano (LUIZ FELIPE PONDÉ)**

**CÁ ESTOU** mais uma vez em meio ao vazio. Lá embaixo, o Atlântico mergulhado na majestade do silêncio. Estou num Jumbo que rasga o céu a mil quilômetros por hora e a 35 mil pés de altitude.

Minha relação com aviões tem a tara de tudo que é infantil. Meu pai, que quando nasci era capitão médico da Aeronáutica, me levava pra voar ainda muito pequeno nos aviões da FAB.

Aqui, você se sente ao mesmo tempo o criador do avião (na medida em que se trata de uma invenção humana), e também sua vítima indefesa. Majestade máxima do homem técnico, majestade máxima de sua fragilidade. Os olhos do nada acompanham de perto o avião no seu deboche da lei de Newton. Uma maravilha que carrega a majestade da morte em sua elegância. No escuro, com a pequena luz que me cabe neste silêncio, leio Georges Bernanos. Se você é uma alma como eu (que presente o pecado como sua substância), e nunca leu Bernanos, leia. Aliás, antes que um desses inteligentinhos pense "oh, como este colunista é dominado pela moral católica retrógrada da culpa" ou "pela ideologia burguesa da vergonha", não perca seu tempo, desista de me salvar. Sua "salvação" é comparável às emoções de uma bela adormecida.

Sinta-se liberto do inferno onde vivo. Dois minutos na sua companhia, eu dormiria de tédio. O "bem" na sua face "social" é um tédio como o gosto de uma alface. A beleza do Bem começa no seu respeito pelo Mal e no destino único que os une: os tormentos da liberdade. Um com o perfume da esperança, o outro com o hálito do vazio. O pecado é no fundo uma paixão pela aniquilação de si mesmo, ainda que se disfarce de desejo de "gozar a vida".

Esses "bons moços" de hoje em dia nada entendem do ser humano, e por isso tiram de nós nossa única dignidade: a luta interior contra nós mesmos. Sou um medieval, graças a Deus. Não acredito no homem, e muito menos em mim mesmo.

Mas lembre-se, inteligentinho: sou um niilista, não veja em mim um velho seminarista assustado (que não sou). Entre você e eu, é você que teme o Mal, eu sei que sou feito de sua substância mais íntima. E você, no fundo, se acha "do bem", e aí reside sua mais pura miséria. Meu Deus, como sou fraco! A habilidade de pensar em mim não é uma virtude intelectual, mas um vício de temperamento que pode parecer uma ética do "amor ao conhecimento", mas que na verdade não passa de um gosto maníaco por ver

como o pensamento dissecar a realidade a serviço do nada.

O ceticismo em mim é um produto do cérebro réptil, automático, como a respiração. Tomo emprestado a imagem, muitas vezes usada pra descrever a obra do grande Nelson Rodrigues, como título dessa coluna: "um sol sobre o pântano", sendo o pântano nossa alma, e o sol (muitas vezes demoníaco), o gosto de olhá-la nua.

O pecado, por sua vez, me parece ainda a melhor ferramenta pra nos conhecermos. Voltando a Bernanos, em seu maravilhoso "Sob o Sol de Satã", editado no Brasil pela É Realizações, o autor, num dos seus grandes momentos, descreve quatro pecados essenciais e "seus efeitos", por assim dizer (traduzo livremente da edição francesa da Plon de 1968): "O avaro corroído pelo seu câncer, o luxurioso como um cadáver, o ambicioso tomado por um único sonho, o invejoso que está sempre em vigília". A avareza é um câncer que se manifesta não só no "amor" ao dinheiro, mas que também se trai na gula pelo corpo, pela saúde, pela vida, pela felicidade. Um câncer que destrói a alma cujo corpo a avareza visa "preservar".

A luxúria que, em sua obsessão pelo gozo sexual, muitos hoje em dia idiotamente assumem como uma forma de redenção, transforma-nos num objeto mudo. Quem apenas "faz" sexo sabe o quanto o corpo "gostoso" pode ser feio. A ambição em sua cegueira pelo sucesso que faz da felicidade uma obsessão. E a inveja em sua tensão doentia da vontade, que deseja tudo que os outros têm, destruindo o valor de tudo que temos, fazendo de nós uma espécie de zumbi sem fim. Enfim, o nada lá fora, o nada aqui dentro. Ao meu redor, todos dormem, mas eu estou de vigília. A turbina ao meu lado.

[ponde.folha@uol.com.br](mailto:ponde.folha@uol.com.br) – Folha de São Paulo, julho de 2011.

## **SEXO & SAÚDE**

### **Boa hora para lembrar dos riscos da maconha (JAIRO BOUER)**

Usar maconha antes dos 15 anos pode diminuir a memória dos jovens em até 30%, segundo nova pesquisa realizada pela Unifesp (Universidade Federal de São Paulo). A maconha alteraria a capacidade do cérebro de recuperar dados e informações, e esse processo teria um impacto negativo na capacidade do jovem de lembrar o que acontece em sua vida.

Várias pesquisas anteriores já mostravam que o uso de qualquer substância que age sobre o sistema nervoso central antes dos 15 anos (fase em que o cérebro ainda está amadurecendo) pode ter um efeito mais danoso do que quando esse contato acontece mais tarde.

Exemplos? Estudos mostram que 90% dos fumantes adultos experimentaram seu primeiro cigarro antes dos 15. Mais um? O número de jovens que abusam ou são dependentes de álcool é maior quando eles começam a beber mais cedo. Com a maconha, esse comportamento é semelhante.

A pesquisa atual mostra que, quanto mais se usa maconha, maior o impacto sobre a memória. E os problemas podem permanecer mesmo em quem já está sem fumar há um mês.

Há alguns anos, gravando um programa para TV sobre maconha, fui a um encontro na mesma Unifesp de um grupo de pessoas que se consideravam dependentes de maconha. A sensação de "falta" da droga e a dificuldade de memória persistiam mesmo em quem estava há muito tempo sem usar.

As alterações de comportamento nos mais novos não se restringiram à memória. Houve também um pior desempenho na capacidade de controlar os impulsos (podem ficar mais explosivos, mais agressivos). Outros trabalhos já mostravam também um risco maior para psicoses e um pior desempenho escolar em usuários mais jovens de maconha.

Em um momento em que se discute uma maior flexibilização na lei em relação ao consumo de maconha, seria importante não esquecer do maior impacto e do maior risco que substâncias lícitas e ilícitas têm no comportamento e na saúde dos mais novos!

[jbouer@uol.com.br](mailto:jbouer@uol.com.br) - Folha de São Paulo, julho de 2011.

### **Desculpas e culpas (MIRIAN GOLDENBERG)**

**TENHO OBSERVADO** entre as mulheres brasileiras algo que pode ser chamado de "cultura da desculpa". Elas usam justificativas para fazer (ou deixar de fazer) o que precisam ou o que querem.

Alguns exemplos: "Amor, hoje não dá, estou com uma TPM horrorosa"; "Sair? Nem pensar. Estou sem roupa"; "Preciso fazer ginástica, mas não tenho tempo"; "Lógico que estou irritada! Você não me ajuda com as crianças!". Outras típicas desculpas: "O trabalho está acabando comigo. Não tenho energia para mais nada"; "Sou difícil mesmo. Toda a minha família é assim. É genético". Muitas se colocam como vítimas que apenas reagem ao que lhes é imposto pela natureza ou pela cultura. Culpam hormônios, trabalho, família por um temperamento difícil, intolerante e até agressivo. Os homens que pesquisei criticam o que consideram um comportamento manipulador das mulheres. Um analista de sistemas, de 43 anos, diz:

"Minha mulher tem mania de perfeição. Fica estressada quando as coisas não saem como ela quer. Reclama que não ajudo em casa, mas quando tento, ela diz que sou incompetente, porque não fiz do jeito dela. É autoritária, mandona."

Por trás da dominação feminina está a "mania de perfeição" das mulheres.

Como disse um jornalista, de 38 anos: "Não sei como satisfazer a minha mulher. Ela está sempre exigindo tudo perfeito. É obsessiva. Se não está ocupada, se sente culpada. Nunca relaxa. Cobra de mim e dos meninos, mas cobra muito mais dela mesma. Está sempre se comparando com outras para ganhar alguma competição de mulher-maravilha. E as amigas dela são iguais. Insuportáveis!"

É indiscutível que as mulheres brasileiras estão sobrecarregadas e exaustas.

É verdade que os hormônios deixam as mulheres malucas e que alguns homens sabem ser irritantes.

É verdade também que a busca insana de perfeição tem atrapalhado a vida de muitas mulheres.

Jean Paul Sartre escreveu: "não importa o que a vida fez de você, o que importa é o que você faz com o que a vida fez de você".

Em outras palavras, para usar uma ideia meio fora de moda, temos livre arbítrio para construir a nossa vida, não somos apenas produto da sociedade, da família, dos hormônios etc. Sem culpa ou desculpa, tente responder: Depois de décadas de luta pela liberação feminina, o que nós, mulheres, fazemos com o que a vida fez de nós?

---

**MIRIAN GOLDENBERG** é antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autora de "Coroas: Corpo, Envelhecimento, Casamento e Infidelidade" (Ed. Record). [miriangoldenberg@uol.com.br](mailto:miriangoldenberg@uol.com.br) – **Folha de São Paulo, julho de 2011.**

## **Marcha da Maconha: seguiremos vencendo (JÚLIO DELMANTO, LEONARDO DIAS, MARCO MAGRI e PEDRO NOGUEIRA)**

**APÓS QUATRO ANOS** de proibição e obscurantismo, a liberdade de expressão prevaleceu. A decisão no STF impede que interpretações medievais por parte de tribunais inferiores possam restringir o direito constitucional de discutirmos as políticas de drogas onde devem ser discutidas: nas ruas.

A Marcha da Maconha propõe, por um debate amplo e democrático com a sociedade, a criação de regras e leis para controlar o plantio, o comércio e o uso de maconha. O cenário proibicionista é de falta de regulação do mercado da planta, deixando que o controle seja feito exclusivamente pelo crime e, conseqüentemente, pela violência. A polícia nunca conseguirá deter o plantio ilegal, o transporte e o tráfico, tampouco o uso na sociedade. O uso de drogas precisa ser encarado como uma questão cultural, em uma perspectiva histórica complexa, e seus aspectos positivos e negativos requerem política igualmente complexa e, principalmente, respeito aos direitos humanos.

Quem ganha com a Marcha nas ruas e sem mordada são a sociedade e o debate franco de ideias. Como demonstrado em nossas inúmeras participações em seminários, programas de TV, rádio, internet etc., estamos abertos ao diálogo com todos os setores. Mas não podemos nos furtar de apontar como a proibição das drogas é fonte da violência que atinge populações já fragilizadas socialmente, além de gerar falta de acesso à saúde pública para quem precisa, corrupção relacionada ao tráfico e ignorância sobre os efeitos e a história das drogas lícitas e ilícitas.

Ela é ainda responsável pelo sofrimento de doentes que dependem de substâncias hoje demonizadas. Não fazemos apologia ao crime, uma vez que pretendemos exatamente transformar o status criminalizado de uma conduta, nem do uso indiscriminado de qualquer substância. E os proibicionistas, podem dizer que não fazem apologia à violência? Nossa defesa é da paz, de um Estado que tenha cada vez menos instrumentos de opressão e que trate seus cidadãos como capazes de tomar suas decisões.

De um lado, estão o fundamentalismo religioso, as indústrias armamentista e farmacêutica, policiais, juizes e políticos corruptos, donos de clínicas que enriquecem com a desinformação alheia e interesses geopolíticos externos. De outro, os que acreditam em uma sociedade que se pautem pelo respeito aos direitos humanos e à diversidade. Temos certeza de que a proibição cairá, assim como caíram os argumentos que sustentavam a violenta repressão à nossa marcha, realizada legalmente pela primeira vez no sábado passado.

O período proibicionista, com suas mortes e tabus, será lembrado no futuro com um democrático arrepio na espinha. Encurralados, os agentes da proibição recorrem ao discurso do medo e à extorsão emocional. Respondemos propositivamente, clamando por um debate sem preconceitos para uma nova lei de drogas, convocando a sociedade brasileira a escolher se está do lado dos que estão lucrando ou dos que querem mudanças.

---

**JÚLIO DELMANTO, 25, LEONARDO DIAS, 24, MARCO MAGRI, 25, e PEDRO NOGUEIRA, 25,** são membros do Coletivo Desentorpecendo a Razão e da Marcha da Maconha. Site: [coletivodar.org](http://coletivodar.org). **Folha de São Paulo, julho de 2011.**

## Um verbo enjoadinho (PASQUALE CIPRO NETO)

**O QUE NÃO FALTA** na caixa postal da coluna é pergunta sobre a conjugação de verbos complicados. A lista é grandinha e inclui "preciosidades" como "adequar", "precaver", "reaver", "requerer", "falir", "prover", "prever", "provir", "intervir", "satisfazer", "ver", "entreter" etc.

Embora muitos desses verbos sejam conjugados no dia a dia e em muitos escritos como se fossem regulares, nas modalidades formais da língua suas singularidades ou irregularidades continuam prevalecendo. Em outras palavras, isso significa que, ainda que frequentemente se ouçam e se leiam construções como "Se o ministro intervir" ou "Se ninguém se opor", gramáticas, dicionários, manuais e guias de uso continuam indicando como cultas as construções "Se o ministro intervier" e "Se ninguém se opuser".

Posto isso, vejamos a conjugação de alguns dos verbos citados, começando por "requerer". A conjugação desse verbo é particularmente delicada, a começar pela sua perigosa semelhança com o verbo "querer". Já na largada, ou seja, na primeira do singular do presente do indicativo, "querer" e "requerer" se separam: de "querer", temos "eu quero"; de "requerer", faz-se "eu requeiro".

Como acontece com 99,99% dos nossos verbos, o presente do subjuntivo do verbo "requerer" se apoia na primeira pessoa do singular do presente do indicativo. Moral da história: de "requeiro", faz-se "que eu requeira, que tu requeiras, que ele requeira, que nós requeiramos, que vós requeirais, que eles requeiram". Mas a coisa se complica mesmo no pretérito perfeito do indicativo e nos tempos que dele derivam, em que "querer" e "requerer" se separam de vez. Nesse tempo, "querer" é irregular ("eu quis, tu quiseste, ele quis, nós quisemos, vós quisestes, eles quiseram"), enquanto "requerer" é regular (nesse tempo, convém deixar claro): "eu requeri, tu requereste, ele requereu, nós requeremos, vós requerestes, eles requereram".

Como se sabe, são três os tempos derivados do pretérito perfeito do indicativo, mais especificamente do radical da segunda pessoa do singular desse tempo, que, no caso de "requerer", é "requere-" (esse radical resulta da eliminação da terminação "-ste", o que vale para 101% dos verbos da língua portuguesa).

O primeiro dos tempos derivados do pretérito perfeito do indicativo é o pretérito mais-que-perfeito do indicativo. Ao radical ("requere-") somam-se as terminações "-ra, -ras, -ra, -ramos, -reis, -ram": "eu requerera, tu requereras, ele requerera, nós requerêramos, vós requerêreis, eles requereram". O segundo desses tempos é o pretérito imperfeito do subjuntivo. Ao mesmo radical ("requere-", lembra?), somam-se as terminações "-sse, -sses, -sse, -ssemos, -sseis, -ssem": "se eu requeresse, se tu requeresse, se ele requeresse, se nós requerêssemos, se vós requerêsseis, se eles requeressem".

O terceiro tempo derivado do pretérito perfeito do indicativo é o futuro do subjuntivo. Ao mesmíssimo radical ("requere-") somam-se as terminações "-r, -res, -r, -rmos, -rdes, -rem": "se (ou "quando") eu requerer, se tu requereres, se ele requerer, se nós requerermos, se vós requererdes, se eles requererem".

Como se vê, diferentemente do verbo "querer" (que é irregular no pretérito perfeito do indicativo e, por conseguinte, nos três tempos que dele derivam -"eu quis", "eu quisera", "se eu quisesse", "quando/se eu quiser"), o verbo "requerer" é regular nesses quatro tempos. Moral da história: formas como "requisesse" ("Se ele requisesse os documentos hoje...") ou "requiseram" ("Eles requiseram o adiamento..."), embora comuns em alguns registros linguísticos, não encontram abrigo no padrão formal da língua. É isso.

[inculta@uol.com.br](mailto:inculta@uol.com.br) – Folha de São Paulo, julho de 2011.

## É fácil desistir de nossos sonhos (CONTARDO CALLIGARIS)

**GIL PENDER**, o protagonista do último filme de Woody Allen, "Meia-Noite em Paris", quer deixar de escrever roteiros de sucesso (que ele mesmo acha medíocres) para se dedicar a coisas "mais sérias" e menos lucrativas: um romance, por exemplo. Ele acumulou dinheiro suficiente para tentar essa aventura por um tempo, em Paris, como um escritor americano dos anos 1920.

Infelizmente, Pender está prestes a se casar com uma noiva que aprecia muito seu sucesso atual, mas não tem gosto algum pela incerteza (financeira) de seu sonho. Tudo indica que ele se dobrará às expectativas da noiva, dos futuros sogros e do mundo, renunciando a seu desejo. Talvez seja por causa dessa renúncia, aliás, que noiva e sogros o desprezam (todo o mundo acaba desprezando o desejo de quem despreza seu próprio desejo). Mas eis que, na noite parisiense, alguns fantasmas do passado levam Pender para a época na qual poderia viver uma vida diferente e mais intensa - a época na qual seria capaz de fazer apostas arriscadas.

A idade de ouro de Pender é a Paris de Hemingway, Fitzgerald, Cole Porter, Picasso etc. Como disse Gertrude Stein (outra protagonista do sonho do herói), eles são a geração perdida, entre uma guerra terrível e outra pior por vir (isso ela não sabia, mas talvez pressentisse). Por que eles fariam a admiração de Pender e a nossa? Hemingway responde quando explica a Pender que, para amar e escrever, é preciso não ter medo da morte. Claro, não ter medo da morte talvez seja pedir muito, mas Pender poderia mesmo se beneficiar com um pouco mais de coragem; se conseguisse decidir sua vida sem medo da noiva e dos sogros, seria um

progresso.

Concordo com o que escreveu Marcelo Coelho, em artigo neste mesmo espaço na edição de 22 de junho: uma moral do filme é que "temos só uma vida para viver - a nossa", ou seja, tudo bem sonhar com a idade de ouro, à condição de acordar um dia. Agora, o que emperra a vida de Pender não é seu sonho nostálgico, é o presente. A nostalgia, aliás, é seu recurso para não se esquecer completamente de seus próprios sonhos. É como se, para preservar seu desejo, ele o situasse numa outra época. Mas preservá-lo de quem?

Antes de mais nada, um conselho. Acontece, às vezes, que nosso sucesso não tenha nada a ver com nossos sonhos - por exemplo, você queria ser promotor de Justiça, mas fez algum dinheiro com a imobiliária de família e aí ficou, renunciando a seu sonho. Nesses casos, uma precaução: case-se com alguém que ame seu sonho frustrado e não só seu sucesso; sem isso, inelutavelmente, chegará o dia em que você acusará seu casal de ter sido a causa de sua renúncia. Em outras palavras, é possível e, às vezes, necessário renunciar a nossos sonhos, mas é preciso escolher como parceiro alguém que goste desses sonhos e dos jeitos um pouco malucos que usamos para acalentá-los (no caso de Pender, passeios por Paris à meia-noite e na chuva).

Voltemos agora à pergunta: contra quem Pender precisou preservar seu desejo, mandando-o para outra época? Contra a noiva que desconsiderava seus sonhos? Aqui vem outra moral do filme. Pender não é nenhum caso raro: todos nós, em média, dedicamos mais energia à tentativa de silenciar nossos sonhos do que à tentativa de realizá-los. Muitos dizem que desistiram de sonhos dos quais os pais não gostavam por medo de perder o amor deles. Mas por que Pender recearia perder o amor da noiva, que ele não ama, e dos sogros, que ele ama ainda menos?

O fato é que somos complacentes com as expectativas dos outros (que amamos ou não) à condição que elas nos convidem a desistir de nosso desejo. É isso mesmo, a frase que precede não saiu errada: adoramos nos conformar (ou nos resignar) às expectativas que mais nos afastam de nossos sonhos. Aparentemente, preferimos ser o romancista potencial que foi impedido de mostrar seu talento a ser o romancista que tentou e revelou ao mundo que não tinha talento. Desistindo de nossos sonhos, evitamos fracassar nos projetos que mais nos importam.

Em suma, da próxima vez que você se queixar de que seu casal afasta você de seus sonhos, lembre-se: foi você quem o escolheu. E mais um conselho: se você encontrar alguém disposto a caminhar na chuva do seu lado, não fuja; molhe-se.

[ccalligari@uol.com.br](mailto:ccalligari@uol.com.br) – Folha de São Paulo, julho de 2011.

## **Bin Laden: o assassinato por vingança (NOAM CHOMSKY)**

O ataque de 1º de maio nos Estados Unidos contra o complexo de Osama Bin Laden violou normas básicas do direito internacional, começando com a invasão do território paquistanês. Além disso, aparentemente, não houve nenhuma tentativa de apreender uma vítima que estava desarmada.

O presidente Obama disse que "a justiça foi feita". Muitos não concordam - nem mesmo os aliados próximos dos EUA. O advogado britânico Geoffrey Robertson descreveu a observação de Obama como algo "absurdo", algo óbvio para quem foi professor de Direito Constitucional.

A lei paquistanesa e internacional exige uma investigação "quando uma morte violenta ocorre como resultado de uma ação governamental ou policial", disse Robertson. Obama impediu que isso ocorresse com uma "apressada 'sepultura no mar', sem um exame de post mortem, conforme exige a lei".

"Não foi sempre assim", lembra Robertson. Quando chegou a hora de decidir sobre o destino dos homens, muito mais perversos que Osama Bin Laden - ou seja, a liderança nazista - o governo britânico queria que eles fossem enforcados seis horas após sua captura.

"O presidente Truman se mostrou relutante, citando o parecer do juiz Robert Jackson (promotor-chefe no julgamento de Nuremberg) que a execução sumária "não seria aceita pela consciência americana e nem lembrada com orgulho por nossos filhos... O único caminho é o de determinar a inocência ou culpa dos acusados depois de uma audiência mais desapassionada quanto possível com o tempo e com base em um registro que deixa claros os nossos motivos e razões".

Outra perspectiva sobre o ataque vem pelo correspondente militar veterano do Oriente Médio Yochi Dreazen e colegas. Citando "um alto funcionário militar dos EUA", chegaram à conclusão de que a morte de Bin Laden foi um assassinato planejado.

"Para muitos do Pentágono e da Agência Central de Inteligência que passaram quase uma década à caça de Bin Laden, matá-lo era um ato de vingança necessário e justificado", escrevem eles. Citam o ex-chanceler alemão ocidental Helmut Schmidt, que disse que "o ataque dos EUA foi 'muito claramente uma violação da lei internacional' e que Bin Laden deveria ter sido preso e processado".

Os autores contrastam as declarações de Schmidt com as do procurador-geral da União Europeia, Eric Holder, que "defendeu a decisão de matar Bin Laden, embora ele não representasse uma ameaça imediata

para os SEALs da Marinha” e testemunhou perante o Congresso que o ataque foi “legal, legítimo e adequado em todos os sentidos”. Observam, ainda, que o assassinato é “a ilustração mais clara” de uma diferença crucial entre as políticas de Bush contra o terrorismo e a de Obama. Bush capturava os suspeitos e os enviava para Guantánamo e outros campos, com consequências agora bem conhecidas. A política de Obama é matar os suspeitos (juntamente com os “efeitos colaterais”).

As raízes do assassinato por vingança são profundas. Nos dias imediatamente posteriores ao 11/9, o desejo dos EUA de vingança ignorava qualquer preocupação com a lei ou a segurança.

Em seu livro, *The Far Enemy*, Fawaz Gerges, um destacado acadêmico especializado no movimento jihadista, considerou que “a resposta dominante dos jihadistas ao 11/9 foi uma rejeição explícita da Al-Qaeda e de uma internacionalização da Jihad... Al-Qaeda uniu todas as forças sociais (no mundo árabe) contra a Jihad global”. O influente clérigo libanês Sheikh Mohammed Hussein Fadlallah condenou duramente as atrocidades cometidas pela Al-Qaeda em 11/9, com base nos seguintes princípios: “Nós não devemos punir os indivíduos que não tenham relação com a administração americana, ou mesmo aqueles que têm um papel indireto”, disse.

Fadlallah foi alvo de uma operação organizada pela CIA, em 1985, quando um enorme caminhão-bomba foi colocado do lado de fora de uma mesquita. Ele escapou com vida, mas 80 pessoas morreram, a maioria meninas e mulheres, quando elas saíram da mesquita – um dos inúmeros crimes que não são registrados nos anais do terror. Ações subsequentes dos EUA, especialmente a invasão do Iraque, deram vida nova à Al-Qaeda. Quais são as prováveis consequências do assassinato de Bin Laden? Para o mundo árabe, provavelmente vai significar muito pouco já que, desde muito tempo, era uma presença que foi desaparecendo e, nos últimos meses, foi ofuscada pela primavera árabe. A percepção geral sobre o mundo árabe foi divulgada por um jornal libanês: “A execução de Bin Laden: um acerto de contas entre assassinos”.

As consequências mais imediatas e significativas serão vistas no Paquistão. Muito tem sido dito sobre a ira de Washington, porque o Paquistão não entregou Bin Laden. Mas pouco se diz da raiva no Paquistão sobre a invasão dos EUA no seu território para realizar um assassinato político. O Paquistão é o país mais perigoso que existe, com o arsenal nuclear de mais rápido crescimento. Esse assassinato por vingança só alimentou o fervor antiamericano, que já vinha crescendo antes. E se o Paquistão vai entrar em colapso, um resultado absolutamente inevitável seria o fluxo de grande número de ex-soldados altamente treinados, incluindo especialistas em explosivos e engenheiros, a grupos extremistas.

A principal ameaça é o vazamento de material físsil para as mãos da Jihad, o que seria uma possibilidade temerosa. A morte de Bin Laden poderia ter sido a faísca que fez explodir um incêndio, com consequências desastrosas. Talvez o assassinato tenha sido percebido como um “ato de vingança”, como afirma Robertson. Seja qual for o motivo, não poderia ter sido segurança.

**NOAM CHOMSKY** é o novo colunista desta seção. Escreve mensalmente para o The New York Times e é professor emérito de Linguística e Filosofia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, em Cambridge. **Revista FILOSOFIA, julho de 2011.**

## **Perdão e Justiça: Uma Crise de Valores (ARTHUR MEUCCI)**

*O islã valoriza a coragem e a busca da justiça, que seriam virtudes apreciadas por Deus. Já o cristianismo aprecia o perdão e o oferecimento "da outra face". Seriam justiça e perdão valores inconciliáveis?*

Minhas colunas geralmente trazem assuntos polêmicos e esta não é exceção. A diferença em relação às demais reside na reflexão teórica que proponho e não no assunto em si. Ofereço ao leitor uma reflexão moral sobre uma situação vivida que me exigiu uma ponderação sobre dois valores: o perdão e a justiça.

Recentemente, fiquei encarregado de fazer o site do consultório que montei com outros quatro colegas psicanalistas. Para tanto, decidi registrar o domínio e hospedá-lo em determinada plataforma por dois motivos: o preço e a familiaridade que obtive ao hospedar meu site pessoal. Por experiência, eu sabia que esta plataforma tinha alguns defeitos, porém, por se tratar de um site simples, acreditei que não teria maiores problemas.

As minhas expectativas de tranquilidade foram rapidamente frustradas pela capacidade criativa que o mundo tem em aborrecer. Na tentativa de instituir as configurações necessárias, tive alguns problemas. Abri um chamado e, depois de 12 horas sem resposta, liguei para o suporte técnico, que pediu para esperar mais 12 horas. Depois de 40 horas sem ter uma solução ou resposta, decidi resolver o problema sozinho. Mas quando retornei a ligação para o suporte para cobrar uma posição, o atendente, consultando as informações, disse que seria difícil de resolver porque a minha tentativa de resolução do problema - meu subterfúgio para tentar cumprir algumas metas relativas à entrega do site - teria impossibilitado outras ações da empresa e a equipe técnica não estava conseguindo achar uma solução.

Fiquei profundamente irado com a desculpa do atendente, porém, decidi ser cortês ao telefone e agradecer pelas informações. Minha indignação aumentava e, paralelamente, uma voz da consciência me dizia: "Acalme-se, Arthur, perdoe a desculpa inescrupulosa do atendente. Você também comete erros". As palavras cristãs ressoavam em minha consciência tentando me acalmar. Eu sabia que havia uma diferença importante entre os meus erros e o do atendente: eu assumo a culpa pelas minhas ações e ele não. Porém, perdão é perdão...

Quando voltei ao computador para pensar numa nova solução, uma voz interna gritou dentro de mim: "Não se deixe subjugar". Fiquei muito inquieto, pois sabia de onde vinha aquela orientação ética e já imaginava, aflito, os conflitos internos que ela traria. O imperativo que ressoava entre o meu pré-consciente e o consciente vinha da leitura que fiz das últimas palavras de Mohamed ao seu povo antes de morrer.

Eu dou aula de Filosofia para uma comunidade de muçulmanos que residem nas proximidades do bairro do Pari, em São Paulo. Para me aproximar do universo cultural desses alunos, comecei a estudar tanto a religião islâmica quanto os filósofos árabes. Fazia pouco tempo que eu estava estudando a vida do profeta Mohamed e o conceito de *Jihad* - sendo que a tradução mais correta do termo é "luta", no sentido de resistência, e não de "guerra santa", tradução de um conceito que só existe no catolicismo. Ao contrário do que o senso comum pensa, a *mujahid* - luta e morte em nome da Religião - é proibida pela lei islâmica. No final de sua vida, o profeta relê o Corão para os seus seguidores e cita um ordenamento corânico de não submissão aos agressores que marcará a história do pensamento ético do islã: "Não se deixe subjugar. (...) E combatei no caminho de Allah contra aqueles que vos combatem; porém, não provoqueis as hostilidades, porque Allah não ama os agressores" (Corão 2:189-190).

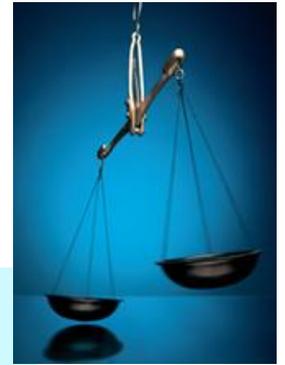
No começo de sua missão profética, Mohamed era reconhecido pelos seus patriotas e seguidores como um homem justo, pacífico e misericordioso. Mesmo quando o perseguiam, levando-o a se exilar em Medina - evento conhecido como Hégira e que marca o início do calendário islâmico - Mohamed pedia para seus seguidores conterem a ira e não revidarem as ofensas e agressões dos inimigos. Quando os líderes de Meca se atentaram para a passividade dos muçulmanos, eles resolveram matar e roubar seus seguidores assaltando a cidade de Medina para, assim, deter o avanço do islã na região. Hanza, um dos companheiros de Mohamed, clamou ao profeta para que houvesse retaliação, porém seu pedido foi negado.

Diz as Sunas (livro que conta a vida do profeta) que enquanto o profeta fazia as orações, o choro de seus seguidores se fazia ouvir. Nesse contexto, o anjo Gabriel apareceu para Mohamed com os trechos do Corão em que convocava os fiéis para lutar contra seus opressores. Como resposta aos atos perversos de seus inimigos, os muçulmanos travaram sua primeira guerra para obter o controle de um oásis que servia de rota para o comércio, os poços de Badr, cuja vitória lhes rendeu o controle e a possibilidade de voltar a comercializar com outros povos.

Essa e outras batalhas impuseram o respeito aos seguidores do Corão. A coragem em enfrentar as dificuldades e a busca da justiça seriam virtudes apreciadas por Deus. "Certamente que vos poremos à prova mediante o temor, a fome, a perda dos bens, das vidas e dos frutos. Mas tu, Mohamed, anuncia a bem-aventurança aos corajosos. Aqueles que, quando os aflige uma desgraça, dizem: somos de Allah e a Ele retornaremos" (Corão: 2:155-6).

É evidente que o discurso islâmico se posiciona de forma contrária ao discurso cristão. Enquanto para o islã o pecado precisa ter uma punição do mesmo peso e natureza, no cristianismo, a orientação é desconsiderar a injustiça cometida. Cristo delega a Deus a função de fazer justiça e obriga o injustiçado a redimir aquele que cometeu uma injustiça contra ele, "... e perdoai [Deus] as nossas dívidas [pecados/injustiças], assim como perdoamos nossos devedores" (Mt 6:12). Em uma situação de intenso ataque como a sofrida pelos muçulmanos em Medina, no início da Hégira, a orientação cristã seria a da passividade: "Eu, porém, vos digo que não resistais ao mal; mas, se qualquer te bater na face direita, oferece- lhe também a outra" (Mt 5:39). Convém lembrar que o Evangelho é uma mensagem de amor incondicional de Deus pelos homens e não um estatuto legal estabelecendo novas regras para os judeus e gentios.

As orientações éticas que Cristo e Mohamed nos trazem servem para ilustrar duas culturas diferentes, baseadas em dois valores diferentes. E, neste ponto, eu gostaria de expor uma hipótese que desenvolvi ao refletir sobre esse tema: apesar de parecerem conceitos harmônicos entre si, perdão e justiça são valores éticos inconciliáveis. Apesar dos textos religiosos aparentemente tratarem tais conceitos como igualmente



**Mohamed, último profeta de Deus para os muçulmanos, liderou batalhas de resistência contra a perseguição de seu povo. No islã, há o dever de lutar pela preservação da justiça e jamais em nome da Religião**

importantes, fazer justiça e perdoar trazem problemas teóricos e práticos que impossibilitam utilização dos dois valores simultaneamente ao tomar uma decisão.



**O retorno do filho pródigo, de Rembrandt. A orientação cristã é de perdão e de passividade diante de conflitos**

Minha hipótese sobre os conceitos de justiça e perdão, quando analisados sob a perspectiva da ação, se mostra tão inconciliável quanto liberdade e igualdade. A justiça, do latim *iustitia*, diz respeito à preservação e à observação dos direitos em casos de litígio e se caracteriza por fazer valer a aplicação da lei, e o perdão, do latim *perdōno*, tem o sentido de eximir a culpa de um infrator pela transgressão do direito ou dos costumes. A contradição conceitual dos dois valores é notável, pois enquanto a função do primeiro conceito é punir aquele que nos faz mal para que ele nos restitua e não faça mais este tipo de ação, o segundo conceito pede para que não façamos valer nossos direitos e para que perdoemos sistematicamente toda ação praticada contra nós. A morte de Jesus e do apóstolo Pedro na cruz, sem que ambos reagissem contra seus inimigos, nos mostra o extremo da passividade e da tolerância cristã em relação à injustiça.

Provavelmente, o conflito entre justiça e perdão seja o causador do grande mal-estar nas sociedades de orientação cristã. O bom religioso, obediente às leis bíblicas e civis, vive em sociedade sendo explorado pelo seu patrão capitalista, pelo banco que lhe faz cobranças exorbitantes de taxas e juros sem lhe oferecer reais benefícios, pelos políticos que tomam o dinheiro de seus impostos e não lhe oferecem um sistema de saúde, educação, segurança e transporte decente conforme prometido pela Constituição, entre outras injustiças e impunidades que vivemos diariamente e para as quais não tomamos atitudes em nome do perdão. Nossa ira inconsciente gerada pelo desejo voraz de justiça esbarra em uma orientação moral, da qual muitas vezes não temos consciência, que nos impede de tomar uma atitude.

O impasse que vivi em relação aos atendentes e técnicos da empresa que hospeda o meu site ilustra bem a angústia perante a abertura do chamado sobre o meu problema. Nesse caso, eu fiz valer, inicialmente, o princípio do perdão e refiz o banco de dados e a instalação manualmente. Porém, quando a equipe técnica resolveu apagar todo o site que eu tinha reinstalado para me dizer que tinha trabalhado no caso, resolvi tomar partido de Mohamed e acioná-los juridicamente.

**ARTHUR MEUCCI** é Mestre em Filosofia pela USP e membro da Associação Filosófica Scientiae Studia. Professor Conferencista de Ética da ECA/USP, de Ética e Negócios da Unip e do Colégio Bom Jesus. É consultor do Espaço Ética. [www.meucci.com.br](http://www.meucci.com.br) - Revista **FILOSOFIA**, julho de 2011.

## **Tempos sábios, tempos tolos (ZANDER NAVARRO)**

**DICKENS PUBLICOU** "Um Conto sobre Duas Cidades" em 1859, e o primeiro parágrafo da obra se tornou célebre, evocando as contradições daqueles tempos.

Seria, segundo o cronista da aspereza vitoriana, simultaneamente, o melhor e o pior dos mundos. Uma época em que os cidadãos teriam tudo diante de si, mas também nada perante a sua existência.

A lembrança literária é oportuna para reavivar a recente polêmica em torno do excêntrico livro adotado pelo MEC, que pretende naturalizar alguns barbarismos de linguagem. É outro sintoma das múltiplas faces de um danoso e subterrâneo processo em andamento no período contemporâneo.

Na primavera democrática, vale tudo, e qualquer aspecto tortuoso da vida social é confundido com a necessidade de contestação política e de um passado a ser banido, zerando a história. Esse difuso comportamento, indistinto em suas origens, mas sobrepondo ação partidária, primária ideologização, visões anárquicas ou mágicas, voluntarismo político e fundamentos religiosos (provavelmente da esquerda católica), vem também contaminando gradualmente a ciência brasileira.

Desde os anos 90, prenunciando sombrios impactos futuros, têm sido rebaixados os papéis da ciência e dos cientistas. Curiosa regressão, pois ocorre quando o país ostenta uma legião de especialistas em todos os campos, com inéditos níveis de aperfeiçoamento científico. São movimentos insidiosos, que vão corroendo as práticas de pesquisa, instaurando um populismo que se pretende científico. E são tendências graves, pois usam fundos da sociedade; muitas autoridades sancionam essa ação destrutiva, o que confunde socialmente. No limite, deseduca e distorce o valor universal da ciência.

Cito três exemplos. Primeiramente, a publicação "Transgênicos para Quem?", lançada com fanfarras em cinco cidades. É livro que não resistiria a nenhuma análise, pois reúne um amontoado de fantasias ideológicas, sem nenhum lastro factual. Um deplorável panfleto financiado com fundos públicos. E reacionário, por ser este um tema vencido em nossos dias. Em segundo lugar, o recente documento da SBPC e da ABC, que pretenderia se contrapor à mudança do Código Florestal. Assinado por respeitáveis cientistas, seu arrazoado deveria iluminar a controvérsia sobre o novo Código. Mas não: o texto parece ter

sido feito às pressas. Ao fim e ao cabo, uma intervenção inútil, ainda se arvorando como representativa da comunidade científica.

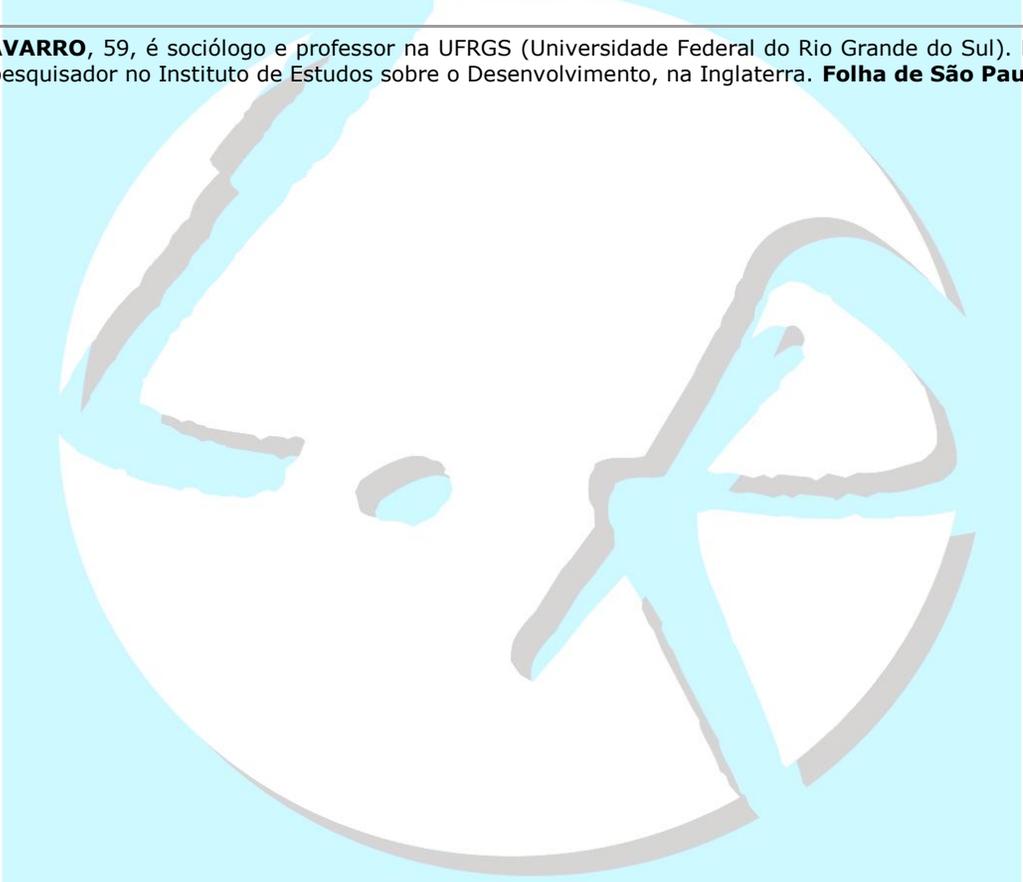
Finalmente, registre-se a audiência pública destinada à discussão de uma notável conquista da ciência brasileira, uma variedade transgênica da Embrapa que permite controlar uma das maiores ameaças à produção de feijão, causada por um vírus. Um feito digno de manchetes, que nos enche de orgulho. Mas a audiência foi circense, pois ONGs e o representante do Consea, ligado à Presidência, carnavalizaram o evento, com argumentos infantis e ostensivamente anticientíficos.

Ficam as perguntas que os brasileiros precisam responder: queremos o conhecimento científico? A ciência é inimiga do povo? Continuaremos atacando os cânones da produção do conhecimento e propondo "alternativas", como se tudo aquilo feito no restante do mundo fosse errado? E o que dizer de tantos absurdos patrocinados com recursos públicos?

Quando debateremos com transparência e sem intimidação os rumos da ciência brasileira?

---

**ZANDER NAVARRO**, 59, é sociólogo e professor na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Entre 2003 e 2010 foi professor e pesquisador no Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento, na Inglaterra. **Folha de São Paulo, julho de 2011.**



Lucas Rocha